



CONSUMO RESPONSÁVEL

*Valdir Fernandes
Afonso Vieira*

1. INTRODUÇÃO

Crescimento populacional, urbanização, industrialização e tecnologia, por um lado, e degradação socioambiental, por outro, são algumas das características do processo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, a partir da Revolução Industrial.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial passou de 3 bilhões de habitantes em 1960 para 7 bilhões em 2011. No Brasil passou-se de 70 milhões de habitantes em 1970 para mais de 190 milhões em 2010 (IBGE, 2010). Houve também intensa migração para os centros urbanos. Em 1960, 34% da população mundial vivia em centros urbanos. Em 2011 esse percentual subiu para 82% na América do Norte, 80% na América Latina e Caribe, 73% na Europa, 70% na Oceania, 42% na Ásia e 40% na África (ONU, 2011). 36% da população brasileira moravam nas cidades em 1950, em 2010 a proporção urbana passou para 84%, (IBGE, 2010).

O processo de industrialização também foi intenso. Se houve a migração é porque as principais atividades produtivas geradoras de emprego e renda se deslocaram do campo para os centros urbanos. O crescimento populacional e a Revolução Industrial, causas e consequências diretas da urbanização, e do desenvolvimento tecnológico, elevaram exponencialmente o uso de energia e de recursos naturais, ao mesmo tempo aumentando sobremaneira a geração de resíduos

e a produção de poluentes, tais como os gases de efeito estufa, metais pesados que contaminam solos, rios e mares, pesticidas de uso agrícola. Esse aumento das atividades humanas, por meio da produção e do consumo, é uma ameaça à capacidade da Terra de fornecer os recursos e de absorver resíduos e efluentes (ONU, 2011). Ainda não é conhecido o ponto de resiliência² do Planeta Terra.

Associam-se aos problemas de dilapidação dos recursos naturais e da qualidade do ambiente físico, as graves desigualdades sociais. Embora o PIB mundial tenha aumentado de 5,3 trilhões, em 1960, para 69,6 trilhões em 2010, quase um quarto da população mundial ainda vive abaixo das linhas de pobreza, o que significa menos de 1,25 dólar por dia. Os dados sobre a renda per capita nos vários países também ilustram as diferenças em relação ao acesso aos benefícios produzidos pelo crescimento econômico. Enquanto em 2010 a renda per capita nos Estados Unidos era de 46,5 mil dólares/ano, no Brasil esse valor cai para 10,7 mil dólares, e em Uganda para apenas 509 dólares. Portanto, a degradação ambiental, que historicamente vem sustentando o crescimento econômico, prejudica todos em termos de qualidade de vida, mas beneficia economicamente apenas parte da população da Terra.

O crescimento econômico e a urbanização, segundo Fernandes (2008, p. 2), proporcionaram:

paradoxalmente crescente melhora na qualidade de vida, advinda da infraestrutura (redução de tempo e distância através dos meios de transportes e comunicação; melhora na condição de trabalho e lazer, a partir do desenvolvimento tecnológico e de gestão; qualidade de serviços, diversidade de bens de consumo quase individualizados aos respectivos gostos) e, ao mesmo tempo, crescente diminuição dessa mesma qualidade de vida no que se refere às condições psicológicas e sociais (pressões de todas as ordens, alto stress) e da redução da qualidade dos bens naturais (água, ar, solo, produtos agrícolas e outros bens essenciais provenientes e derivados da natureza).

A economia que originalmente consistia na busca pelo sustento do homem, transformou-se na busca pela riqueza e corre o risco de esgotar suas duas fontes de sustentação: o trabalhador na medida em que os resultados econômicos não são distribuídos e a natureza, pela sua exploração sem limites.

Assim, os problemas ambientais não estão apenas relacionados ao crescimento populacional e ao consumo dos recursos naturais para suprir necessidades para se alimentar, vestir e morar, mas também ao excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade, que concentra renda e riqueza comprometendo o acesso à cultura, à educação e às necessidades básicas de boa parcela das sociedades.

A cultura consumista teve impulso nos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra Mundial, como forma de estimular a economia Americana. A ideia foi proposta pelo analista econômico

Victor Lebow, como solução **transformar o consumo em estilo de vida**, recomendando converter o ato de comprar e utilizar bens em rituais em que buscassem bem-estar e satisfação emocional, uma vez que o objetivo maior da economia americana deveria ser produzir mais e mais bens de consumo (SUZUKI, 2003).

Desenvolveu-se, assim, um sistema que se espalhou pelo mundo todo, no qual o comportamento do indivíduo é adaptado às necessidades da economia, invertendo a lógica da produção e consumo. Ao invés de se produzir para atender às necessidades do consumidor, o sistema, por meio de apelos sociais e psicológicos, por meio do uso do marketing, induz as pessoas a consumirem segundo as necessidades de produção. É a produção que controla o comportamento do mercado, dirigindo e configurando as atitudes sociais e as suas necessidades e gerando uma cultura consumista e uma racionalidade econômica³.

A cidadania e a cultura também passam a ser confundidas com capacidade de consumo. Essa foi, e é, condição necessária para o desenvolvimento e a manutenção da racionalidade econômica que, nas palavras de Gorz (2003, p. 112), não poderia ser aplicada, “quando o indivíduo é livre para determinar por si só o nível de suas necessidades e o nível de esforço que depende” para atendê-las. Nesse mesmo sentido, Illich (1976) afirma que o indivíduo, uma vez modelado na mentalidade de consumidor-usuário, perde a capacidade de ver a perversão dos meios voltados para fins da manutenção da estrutura da produção industrial, assim como perde a noção tanto do necessário como do excessivo, agarrando-se à ideia de que o aumento do salário corresponde ao aumento do nível de vida. Assim, o homem moderno não consegue conceber o desenvolvimento e a modernização em termos de redução, senão como crescimento e consumo de energia, e de toda ordem de coisas, associando o grau de cultura com alto consumo. Segundo Gorz (2003), nesse tipo de sociedade só são compreendidas as noções de mais (+) e de menos (-), ao mesmo tempo em que se perdeu a noção **do suficiente**.

Essa aceleração da produção e consumo, entretanto, tem consequências diretas na qualidade de vida das populações das cidades e do campo, devido ao crescente uso de recursos naturais, utilizados como insumos para a produção e para a geração de energia necessária a esses processos; crescentes emissões de gases e geração de resíduos lançados no meio ambiente; crescente condição de *stress* pela imposição de metas de produção, pelas condições do trânsito nas cidades; crescente estado de frustração psicológica pela abstinência de consumo quando este não é possível; crescente estado de violência, sobretudo urbana, pela desigualdade social e degradação das relações sociais. Configura-se, assim, um ambiente de degradação socioambiental, no qual a alienação ao consumo é um dos principais vetores.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL⁴

A partir do cenário supracontextualizado, evidenciando os dois principais problemas que abalam a humanidade, a degradação do ambiente e a desigualdade social, o tema sustentabilidade tem se tornado agenda emergente, amplamente debatido. Tem levado vários setores da sociedade a se mobilizarem em prol de uma maior conscientização na construção e divulgação de um saber que possa contribuir para, se não sanar, pelo menos minimizar a contradição estabelecida. Trata-se de conciliar a necessidade de produzir bens necessários à qualidade de vida das sociedades e ao mesmo tempo preservar os elementos naturais igualmente responsáveis por esta mesma qualidade de vida.

A partir da consciência desta contradição por parte de alguns setores sociais, a busca de soluções tem evoluído em todo o mundo, podendo ser observado também os seus reflexos no Brasil. Segundo Barbieri (2009), a preocupação com os problemas ambientais decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento deu-se lentamente e de modo muito diferenciado entre os diversos agentes, indivíduos, governos, organizações internacionais, entidades da sociedade civil. E poder-se-ia resumir essa evolução em algumas etapas. Primeiramente, pode-se afirmar que houve certa ignorância, negligência e até indiferença da maioria das pessoas – consumidores, produtores de bens e serviços – em relação à percepção da problemática ambiental. E as ações para lidar com as consequências oriunda desses problemas ambientais são de natureza reativa, corretiva e repressiva, a partir de multas, proibições e atividades de controle da poluição em relação às atividades industriais e de consumo. Em seguida essa problemática é percebida como um problema generalizado, confinado nos limites dos Estados nacionais, que intervêm na resolução desses problemas ambientais com estímulos à substituição de processos produtivos poluidores, estudos de impacto ambiental, licenciamento de empreendimentos, entre outros. E numa terceira etapa, toda essa problemática é percebida de maneira global, planetária, de forma que suas consequências podem atingir a todos como resultado do modelo de desenvolvimento concebido e praticado pelos países. Então, passa-se a questionar as políticas e metas de desenvolvimento, a racionalidade subjacente e a própria noção de desenvolvimento apenas baseada no crescimento econômico. À dimensão econômica, são agregadas aquelas de natureza ambiental, ecológica, territorial, política, cultural e social, constituintes inseparáveis do que se convencionou denominar desenvolvimento sustentável.

O termo “sustentável”, originado do latim *sustentare*, significa sustentar, defender, favorecer, apoiar, conservar e cuidar. Segundo definido pelo Relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido também com Relatório Brundtland (1987), Desenvolvimento Sustentável “... é aquele que atende

às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD 1991, p. 46).

Este conceito, segundo pontua o relatório, está baseado em dois outros conceitos-chave: “o conceito de ‘necessidades’, sobretudo necessidades essenciais dos pobres do mundo, que deve receber a máxima prioridade”; e “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras” (CMMAD, 1991, p. 46. grifo do original).

Necessidades essas que devem ser bem delimitadas, compreendidas e negociadas com o meio e satisfeitas de modo responsável em termos de consumo e produção no presente, levando em conta as necessidades dos outros, aqui e agora, e pensando nas necessidades daqueles que ainda virão. É como diz o provérbio chinês “todas as flores do futuro estão nas sementes de hoje”. Nesse sentido, o relatório preconiza de forma direta o imperativo quanto à distribuição dos benefícios econômicos. “Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor” (CMMAD, 1991, p. 47).

Esse desafio só pode ser alcançado por uma mudança substancial na ideia de desenvolvimento, por meio de reestruturação institucional e legal e por processos educacionais. Nesse sentido, necessário se fazem estratégias para substituir processos destrutivos por processos limpos, promover a distribuição dos benefícios econômicos visando à erradicação da pobreza, bem como estabelecer programas para conter o crescimento populacional.

Sachs (2000, pp. 85-88), propõe que a sustentabilidade pode ser expressa em sete dimensões interdependentes e com profunda inter-relação: ecológica, espacial, cultural, social, econômica, territorial e política. Ou seja, ao planejar o desenvolvimento em parâmetros sustentáveis é necessário considerar simultaneamente essas sete dimensões.

Dimensão social, diz respeito ao equilíbrio social em termos econômicos e políticos, com justa distribuição de renda, pleno emprego, acesso a serviços básicos como moradia, transporte, saúde, educação e alimentação; garantia de participação democrática nos processos políticos e de tomada de decisão, com livre expressão, direito a informação e possibilidade de organização em busca destes direitos.

Dimensão cultural, consiste em garantir o respeito às tradições culturais, eliminando preconceitos e, principalmente, valorizando as culturas ditas “não modernas”, como as comunidades rurais e tradicionais. A partir desses elementos Sachs sugere um projeto nacional e integrado de desenvolvimento, desenvolvimento endógeno, em oposição ao modelo mimético dependente

copiado dos países centrais (Europa e Estados Unidos). O desenvolvimento endógeno, segundo Godard *et al.* (1987), consiste em que sociedades nacionais e locais adquiram certo domínio como atores do seu próprio desenvolvimento.

Dimensão ecológica, refere-se à conservação da natureza (dos ecossistemas), levando em conta seus elementos biológicos e físico-químicos. A sustentabilidade ecológica significa parcimônia no uso dos recursos, considerando sua capacidade de resiliência, devendo, portanto, serem priorizados os recursos renováveis. É o que Dansereau (1999, p. 303) define como prospecção ecológica, que significa levar em conta os critérios e limites do meio ecológico, em contraste aos critérios econômicos, históricos, culturais e políticos e de construção da territorialidade. O mesmo deve se dar no plano das disciplinas correspondentes à economia, história, sociologia, entre outras, que devem revisar seus esquemas a partir de uma perspectiva dos limites ecológicos. A partir desta premissa, torna-se fundamental a mudança nos padrões de consumo e a reversão do modelo cultural que sustenta os padrões atuais, de elevado consumo de energia e demais recursos e gerador de resíduos. Essa dimensão remete à própria sustentação da economia como atividade dependente dos recursos naturais. Remete também à noção de necessidade objetiva, em contraste com as necessidades subjetivas socialmente construídas.

Dimensão ambiental, incorpora as dimensões territorial e ecológica, e está intimamente ligada com a compreensão dos limites e capacidades dos ecossistemas. Como afirma Merico (1996, p. 30), “a biosfera não cresce” e é a fonte de todos os recursos que alimentam a economia e lugar de depósito dos resíduos e rejeitos. Portanto, deve-se respeitar dois pressupostos básicos: não retirar dos ecossistemas mais do que a sua capacidade de regeneração; não lançar aos ecossistemas mais do que a sua capacidade de absorção. A partir desta compreensão, o ambiente é resultado das atividades humanas na biosfera.

Dimensão territorial, deve considerar a ocupação planejada do espaço, respeitando os limites impostos pelo sistema ecológico na construção da territorialidade⁵. Precisa levar em conta o equilíbrio na ocupação do espaço, principalmente considerando a distribuição entre meio urbano e rural. Necessário se faz políticas que contenham a expansão urbana, em muitos casos privilegiada na própria alocação de recursos governamentais em infraestrutura e fomento à produção como um todo, favorecendo o abandono do campo. Portanto, a valorização da produção sustentável no campo, inclusive com políticas de formação técnica para atividades neste meio, tendo em vista a conservação de ecossistemas e da biodiversidade, configura ações importantes rumo à sustentabilidade espacial ou territorial.

Dimensão econômica, significa garantir a viabilidade econômica do desenvolvimento, no sentido de construir um modelo produtivo viável, provedor das **necessidades** sociais e

condição necessária para erradicação da pobreza, sem a exaustão dos recursos naturais que o sustentam. Portanto, não dilapidador dos recursos naturais e não degradador do equilíbrio sociocultural. Desenvolvimento econômico diversificado, intersetorial, com capacidade de inovação e modernização contínua dos instrumentos de produção. A economia como atividade humana provedora das necessidades sociais.

Dimensão política, se dá em dois âmbitos: nacional, a democracia como expressão prática dos direitos humanos. O estado como expressão coletiva da sociedade envolvendo seus vários setores e interesses, manutenção das instituições democráticas e segurança jurídica, a partir da construção de regras estáveis e duradouras, considerando as três esferas, federal, estadual e municipal; internacional, a busca incessante pela paz e cooperação entre os povos, a redução das assimetrias entre norte e sul, compartilhamento de responsabilidades, controle do sistema financeiro internacional, estabelecimento e aplicação efetiva de princípios de precaução na gestão ambiental dos recursos naturais, visando prevenir as mudanças climáticas globais, conservação da biodiversidade biológica, respeito à diversidade cultural, gestão efetiva dos patrimônios da humanidade, cooperação científica e tecnológica, a partir da compreensão de que se trata de patrimônio construído historicamente, portanto, de propriedade e uso comum da humanidade.

Embora não se possa afirmar que já esta havendo uma mudança de paradigma, algumas práticas, a partir da perspectiva da sustentabilidade, já ocorrem em nível mundial. A título de ilustração citam-se algumas ações.

Durante as crises financeiras de 2007, 2008 e 2009, a Coreia do Sul, utilizou quase a totalidade dos recursos destinados a reaquecer a economia em tecnologia verde. Aquele país resolveu ser a primeira nação no mundo a ter uma Economia Verde⁶. Essa atitude se deu a partir da percepção de que se trata de uma mudança necessária e ao mesmo tempo uma oportunidade de desenvolvimento tecnológico, com resultados econômicos inerentes. A percepção é que há enormes oportunidades em tecnologias sustentáveis, diante do desafio em que a humanidade e a economia se encontram. Os primeiros que realizarem essas oportunidades poderão inaugurar um outro estilo de vida e de economia e ao mesmo tempo estarão ajudando a salvar o planeta.

A proposta de uma Economia Verde⁷ está na agenda de desenvolvimento internacional, e foi tema central na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012. A Rio + 20, como foi apelidada a referida conferência, tratou da Economia Verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Há inúmeras oportunidades de trabalho e renda relacionadas à preservação ambiental, como, por exemplo, na conservação e manejo sustentável de florestas e rios, no tratamento dos

resíduos sólidos, na eficiência energética, na produção agrícola orgânica e de baixo carbono e ainda em mecanismo de Produção mais Limpa. Segundos os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, as atividades em prol da sustentabilidade já são responsáveis por cerca de 2,5% dos empregos em países como Brasil e Estados Unidos, portanto já evidenciando ganhos sociais importantes.

Conforme relatório da UNEP, um investimento anual de 2% do PIB global para adaptar as economias a um futuro mais sustentável poderia trazer como benefício secundário um crescimento econômico de 15,7% até 2050. O mesmo relatório sugere que seriam necessários investimentos equivalentes a US\$ 1,3 trilhão anuais (cerca de R\$ 2,15 trilhões) em algumas áreas-chave como agricultura, construções, suprimento de energia, pesca, florestas, indústria, turismo, transporte, manejo de lixo e água, para garantir uma “economia verde, de baixo carbono e eficiente no uso dos recursos”. Pode-se pensar que seja um valor alto demais, contudo, a remediação de catástrofes socioambientais pode ter custo ainda maior, com prejuízos incalculáveis tanto em termos econômicos como em termos socioambientais.

3. EDUCAÇÃO PARA CONSUMO RESPONSÁVEL⁸

Em discurso sobre a necessidade de mudança de hábitos de consumo, o Diretor Geral das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Kandeh Yumkella, salientou que cerca de 70% das emissões de gases de efeito estufa resultam de atividades relacionadas à produção e ao consumo de energia, com destaque para seu consumo na produção industrial. Portanto, não é possível falar de desenvolvimento sustentável sem falar de uma revolução energética e sem uma revolução nos padrões de consumo e na distribuição de renda. Ainda segundo Yumkella, a questão climática e a pobreza são os dois maiores problemas dos tempos modernos e estão interligados. Com efeito, pode-se afirmar que a ligação entre estes dois grandes dramas da era moderna é justamente o modelo de desenvolvimento baseado na produção e consumo.

É absolutamente vital um novo estilo de produzir com novos padrões tecnológicos, utilizando-se de técnicas e tecnologias mais limpas, com economia de materiais, diminuição de uso de insumos tóxicos, como metais pesados, diminuição de geração de resíduos, reciclagem, reuso de materiais e tratamento do lixo, tratamento e reuso de água, eliminação e diminuição de defensivos agrícolas, uso de agricultura orgânica, melhoria do transporte e armazenamento, visando diminuição de desperdícios e assim por diante. Todas essas ações são necessárias e emergentes, mas não são suficientes, sem que haja uma mudança cultural em relação aos padrões de consumo.

A alteração dos padrões de produção e consumo é um requisito fundamental para se alcançar um desenvolvimento sustentável, como reconhecido pelos Chefes de Estado e governos na declaração de Johannesburgo (2002). O uso intensivo de recursos, padrões de consumo e produção dos países desenvolvidos não pode ser replicado em todo o mundo porque, como sugerem alguns cálculos, ele exigiria recursos de três planetas para sustentar tais padrões. O impacto sobre o clima e os ecossistemas do mundo seriam enormes e imprevisíveis — até mesmo perigoso (DESA, 2011). O desenvolvimento sustentável é, portanto, uma responsabilidade coletiva (UNEP, 1998). Produção responsável exige uma reformulação fundamental da forma como as sociedades produzem, usam e descartam produtos (DESA, 2011).

Segundo definição da *Commission on Sustainable Development – CSD-UN*, (1995) (Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU), consumo sustentável consiste na utilização de serviços e produtos que correspondam às necessidades básicas e proporcionem melhor qualidade de vida, evitando o uso excessivo de recursos naturais e impedindo o uso de materiais tóxicos, bem como reduzindo a geração de resíduos e emissões poluentes durante o ciclo de vida do produto.

Em documento intitulado “Consumo Sustentável”, a *United Nations Environment Programme (UNEP)* (Programa Ambiental das Nações Unidas), especifica padrões de consumo como resultado de escolhas e de variadas atividades, feitas pelos agentes do mercado, do governo, e por famílias e indivíduos. Afirma também que influenciando essas escolhas, significa estimular e facilitar novas oportunidades econômicas, melhores produtos e serviços. Tem papel fundamental, igualmente, a estruturação de aparato institucional e marco legal, no sentido de coibir comportamentos, produção e consumo insustentável.

Mas qual o papel da educação para desenvolver uma cultura de sustentabilidade e de consumo responsável? Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, além das disciplinas consideradas fundamentais para o conhecimento dos saberes acumulado socialmente, são inseridas questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas de maneira transversalizada. Um dos temas transversais proposto é o Meio Ambiente. Estudá-lo tem como função principal “a contribuição para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global” (BRASIL, 1997, p. 20).

O conceito de sustentabilidade na educação, como destaca Gadotti (2008), é uma oportunidade para, por meio do estudo desse tema transversal, resgatar o sentido de educação e cidadania. Para esse autor, a sustentabilidade está relacionada ao “sonho de bem viver”, de uma dinâmica relacional equilibrada entre homem e ambiente. Nesse sentido, ele concebe educação para a sustentabilidade,

como educação para a vida, já que não são coisas separadas. Não há educação descontextualizada, fora do ambiente como se pode inferir a partir da pedagogia de Paulo Freire. (FREIRE, 1983).

Nesse sentido, Gadotti (2000) propõe uma “pedagogia da terra” a partir da qual é intrínseca o que denomina ecologia integral, que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais e na relação com o meio. O princípio da sustentabilidade traduzido na educação, como questionamentos existenciais e da vida concreta: qual o sentido que damos a tudo o que fazemos? Qual o impacto de nossas ações no meio, na qualidade de vida dos povos e para a sua felicidade e assim por diante? A sustentabilidade pode ser trabalhada também a partir de dois eixos fundamentais: um relativo à natureza e o outro relativo à sociedade. O primeiro refere-se à sustentabilidade ecológica, ambiental, espacial e territorial, onde estão os recursos naturais e ecossistemas, que estão relacionados à base física do processo de desenvolvimento e com a capacidade de a natureza suportar a ação humana, com vistas à sua reprodução e aos limites das taxas de crescimento populacional; e o segundo, refere-se à sustentabilidade social, econômica, política e cultural, que se concerne à manutenção da diversidade e das identidades, diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, da justiça distributiva e ao processo de construção da cidadania e da participação das pessoas no processo de desenvolvimento (GADOTTI, 2008). Pensamento, este, portanto, que vem ao encontro da proposta do PCN, cujo entendimento é a educação a partir da compreensão da complexidade da natureza e da sociedade, suas correlações e interações (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, as ações a partir da complexidade ambiental vinculam-se a escolhas pessoais e como grupo, relacionadas à conformação de novos valores de ver e viver no mundo, principalmente no que se refere ao modo de produzir e consumir, como também na construção de novas interpretações da relação homem e natureza. De fato, talvez seja essa a função primeira da educação para a sustentabilidade, a de se propor a conformar esses valores para criar uma consciência condizente com comportamentos ambientais saudáveis. Trata-se de desenvolver novos padrões comportamentais, que devem estar intimamente vinculados com mudanças de atitudes necessárias com vistas à sustentabilidade. Não são atitudes inatas, mas aprendidas, mudanças de valores, segundo preconizado por Sachs (2000), quando propõe as dimensões de sustentabilidade.

A UNEP propõe o uso de algumas ferramentas para estimular essa consciência, tais como uso de marketing e publicidade, avaliação do ciclo-de-vida e ecodesign, visando aos poucos criar uma consciência dos problemas relacionados ao consumo excessivo e ao mesmo tempo das possibilidades de sustentabilidade a partir de consumo consciente e responsável.

Nos espaços educacionais, essas práticas podem ser subsidiadas por ferramentas e atividades pedagógicas, como cartazes, vídeos, oficinas de leitura e debates, atividades de coleta e separação

de resíduos, oficinas psico-pedagógicas relacionadas à cultura consumista e o controle do impulso de consumo, atividades de separação de itens de consumo classificando-os como essenciais e supérfluos, oficinas de estabelecimento das relações entre os produtos e suas matérias-primas originárias, oficinas de reuso de materiais e recuperação de produtos.

Um processo educativo pode ser definido como um ato contínuo de tornar-se consciente do mundo que nos cerca e sobre seu estado de coisas e, a partir desta consciência, fazer as opções em relação às várias dimensões que integram a vida em sociedade e no ambiente. Portanto, um processo de integração consciente com a sociedade e suas contradições e com o meio em que se vive. Não se limita, assim, apenas à circunscrição da escola e da sala de aula e, nesse sentido, têm papel fundamental os mecanismos de comunicação social, tais como televisão, jornais, rádios, internet, outdoors entre outros. A influência destes, de responsabilidade do Estado e das políticas públicas, deve fazer parte da agenda de sustentabilidade e dos mecanismos legais e institucionais de controle.

O intercâmbio de experiências de boas práticas de sustentabilidade a partir do uso dos meios de comunicação, nas várias partes do mundo, também pode ter grande poder pedagógico de forma a evidenciar que não existe apenas a cultura de consumo, e que a inclusão em grupos sociais não depende apenas do poder aquisitivo e da capacidade de consumir coisas, mas pode advir também da busca de interesses comuns como a causa da sustentabilidade. Portanto, as relações sociais não precisam ser necessariamente mediadas por relações comerciais ou demarcadas pelo poder de compra e posse de bens de consumo.

Nossas relações podem ser mediadas por valores, e, nesse sentido, Almeida (2009) traz uma reflexão de Hannah Arendt sobre o “Amor mundi”, que significa a importância do valor do amor, do cuidado por este mundo, entendido também como responsabilidade política e econômica pelo mundo; mundo este, para Arendt, compreendido como o “conjunto de artefatos e instituições criadas pelo homem, que permitem que eles estejam relacionados entre si sem que deixem de estar simultaneamente separados”. E ainda como “espaço institucional que deve sobreviver ao ciclo natural da natalidade e mortalidade das gerações”, e o lugar das histórias humanas espaço onde se possa garantir as relações. Por meio da educação podemos então introduzir as crianças e jovens ao apreço por este mundo. Quem educa, propõe Arendt, se torna responsável por quem está sendo educado e pelo mundo, pois no processo de educação decidimos se amamos o mundo e quem nele habita. O amor, como valor, é uma resposta à destruição do mundo e ao “não-mundo”, a qual ela caracteriza como a sociedade moderna organizada em torno do processo vital de produção e de consumo. É também através dos conceitos de *ação* e *pensamento* que Arendt mostra que vale a pena apostar no mundo, apesar deste estar “fora do eixo” e o quanto é importante o papel da educação no sentido de encorajar os alunos a

estabelecerem um vínculo com esse espaço comum de todos, que é o mundo, [os quais nos demanda respeito e atitude responsável, quer quando produzimos, quer quando consumimos].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem está sempre em constante interação, em relação permanente com aquilo que cria e com o ambiente que o cerca, seja ele organizacional, educacional, urbano ou ecológico, o seu meio ambiente. E se o que ele cria com o desenvolvimento tecnológico for provido de valores humanos positivos e sustentáveis, com certeza estará ajudando a preservar e não ultrajar a sua moradia: meio ambiente. Se, por um lado, é preciso humanizar a economia – que se tornou a ameaça mais grave à ecologia – por outro, são necessários valores éticos a fim de minimizar os efeitos da crise ambiental, resultante de crise antropológica, da humanidade em relação ao ambiente. A solução desta crise depende de comportamentos éticos, como cidadãos, empresários, governantes, no que se refere a um novo modo de produzir e consumir.

A mudança climática, a extinção maciça de espécies, a degradação dos oceanos, por um lado, e questões sociais relacionadas à falta de emprego, má distribuição de renda, aumento populacional, por outro, convocam para um esforço coletivo, com todas as organizações, governo, sociedade civil, comunidade científica, para uma tomada de consciência de que somos responsáveis pela saúde do planeta, e que podemos ainda nos reunir para corrigir os rumos dessas situações, pois as respostas que daremos a esses desafios afetarão toda a humanidade, quer positivamente, quer negativamente. É como nos alerta Diamond (2007), quando afirma que o fracasso de uma sociedade pode recair sobre povos periféricos em áreas frágeis, mas também sobre sociedades avançadas e criativas como a nossa. Como afirma Eduardo Galeano, “que tal se delirarmos por um momento [...] para imaginar um outro mundo possível, no qual o ar estará limpo de todo o veneno que não provenha dos medos humanos.”¹⁰

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. S. de. **Amor Mundi e educação: reflexões sobre o pensamento de Hanna Arendt**. 2009. 193 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - apresentação dos temas transversais: ciências naturais. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - apresentação dos temas transversais: ética. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. – Brasília: A secretaria, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD – **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DANSEREAU, P. (1999) **Uma preparação ética para a mudança global: prospecção ecológica e prescrição moral**. In: P.F. Vieira e M. A. Ribeiro (Orgs.). Ecologia humana, ética e educação. A mensagem de Pierre Dansereau. Florianópolis: APED, pp. 299-370.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA). Population Division. **World Urbanization Prospects The 2011 Revision: Highlights**, United Nations New York, 2012.

DIAMOND, J. O Colapso: **Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FERNANDES, Valdir. **Racionalização da vida como processo histórico**: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. Cadernos EBAPE.BR: Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2008.

FERNANDES, V. & SAMPAIO C. A. C. **Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

FRASES E PROVÉRBIOS. **Uma coletânea com as melhores frases e provérbios**. Disponível em: < <http://www.fraseseproverbios.com/proverbios-chineses.php> >. Acesso em 26/04/2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção O Mundo, Hoje,v.21), 1983.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GODARD, O.; CERON, J. P.; VINAHER, K.; PASSARIS, S. **Desarrollo endogeno y diferenciacion de espacios de desarrollo**: um esquema de analisis para el desarrollo local. Estudios Territoriales, n.24, p.135-147, 1987.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; Sçao Paulo: Contexto, 2002.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> >. Acesso em 27/04/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766 >. Acesso em 27/04/2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da População do Brasil**. IBGE: População brasileira envelhece em ritmo acelerado. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1272 >. Acesso em 27/04/2012

LEBOW, Victor – “**Price competition in 1955**” – Journal of Retailing, Spring, 1955. “The real meaning of consumer Demand”.

MERICO, L. F. K. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: Furb, 1996.

UNITED NATIONS (UN). **Sustainable Production, Consumption Practices Key To Combating Environmental**. Press Release, NGO/732, 2011. Disponível em: < www.un.org/News/Press/docs/2011/ngo732.doc.htm >. Acesso em: 26/04/2012

UNITED NATIONS (UN). **Consumption and production patterns** – United Nations Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: < www.un.org/en/development/desa/climate-change/consumption.shtml >. Acesso em 26/04/2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Resolução 9/20/A**, de maio de 1981. Disponível em: < <http://www.pnuma.org/educamb/index.php> >. Acesso em: 10/09/2011.

ROCHA, P. E. Diaz. **Interdisciplinaridade e Meio Ambiente em Cursos de Pós-graduação no Brasil**. Tese. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural Rio de Janeiro, 437p., 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamound, 2000.

SUZUKI D.T. **Males do consumismo**. Publicação Urtiga 155, março/abril 2003, páginas centrais.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP), **Sustainable Consumption**. Division of Tehnology, Industry and Economics Production and Consumption Unit. Disponível em: < <http://www.unep.fr/scp/sc/pdf/SCbrochure.pdf> >. Acesso em 27/04/2012

DEFINIÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Vídeos – “História das coisas” e “obsolescência programada”.
- 2 Resiliência – A palavra “resiliência” tem origem no latim (resílio: retornar a um estado anterior). Resiliência é a propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação elástica (HOUAISS; VILLAR, 2001). Adaptando-se à questão ambiental, ou a uma visão sistêmica, resiliência é a capacidade de um sistema de superar o distúrbio imposto por um fenômeno externo e manter-se inalterado. É a resiliência que determina o grau de defesa, ou vulnerabilidade, do sistema às pressões ambientais externas.
- 3 Racionalidade econômica pode ser definida como a instrumentalização de toda a vida em função de finalidades e critérios econômicos. A racionalidade econômica pode ser definida como aplicação da racionalidade instrumental para finalidades de conteúdo predominantemente econômico. A racionalidade instrumental consiste na capacidade de construir os meios para se atingir os fins (FERNANDES, 2008, pp. 14-19).
- 4 Vídeos – “Economia e sustentabilidade” e “Desenvolvimento sustentável”
- 5 O termo territorialidade associa-se à ideia de integração de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização, em fim, onde se dão as relações (HAESBAERT, 2002).

- 6 “Economia Verde”, é aquela que resulte em “um bem-estar humano melhor e mais igualdade social, ao mesmo tempo reduzindo os riscos ambientais e as carências ecológicas”. Uma ‘Economia Verde’ se caracteriza pelo foco dos investimentos em atividades relacionadas à conservação ambiental ou visando aproveitar e potencializar o capital natural, social e humano, considerando em suas decisões os limites do planeta e os interesses sustentáveis da sociedade”. (Programa Ambiental das Nações Unidas (*United Nations Environmental Programme – UNEP*)).
- 7 Vídeo – Cidades e Soluções: O maior projeto de reuso de água do mundo.
- 8 Vídeo – “Consumo responsável”.
- 9 Vídeo – “O Direito ao Delírio”.

